

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

INSTITUTO
CONSULPLAN
E OUTRAS BANCAS

SÓ 
QUESTÕES

GCM MANAUS-AM

GUARDA CIVIL MUNICIPAL



- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Geografia e História de Manaus
- ▶ Ética e Direitos Humanos
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Legislação de Trânsito
- ▶ Legislação Específica

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





GCM MANAUS AM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - AMAZONAS

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas**

GUARDA CIVIL MUNICIPAL

EDITAL Nº01, DE 23 DE MARÇO DE 2026

CÓD: OP-158MR-26
7908403590896

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Informática	53
3. Geografia e História De Manaus	65
4. Ética e Direitos Humanos	69
5. Direito Constitucional	75
6. Direito Penal	93
7. Direito Processual Penal	107
8. Legislação de Trânsito	121
9. Legislação Específica	135

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Em forma de pomba

Talvez você ache esquisito eu estar te escrevendo hoje; talvez não: **no fundo o surpreendente sempre foi habitual para você. (a)** Em todo caso, eu é que estou achando, pois nunca te escrevi antes, e só estivemos juntas uma vez. Lembra-se? Foi há quase dois anos, em abril de 76, quando você veio a Buenos Aires para o encerramento da Feira do Livro. Essas coisas: eu sempre admirando tanto você, lendo os seus livros, distribuindo os seus contos entre os meus alunos, e ao mesmo tempo com aquele receio de te conhecer, de você não corresponder à figura um pouco irreal que eu imaginava (às vezes, são os escritores cuja obra mais frequentamos os que mais nos decepcionam em carne e osso), de tomar o seu tempo, de você me achar muito professora de português, com mania de virgular direitinho e obedecer à sintaxe – o contrário do que você tão magnificamente sempre foi. Sei lá. E com tantos amigos em comum... Marly de Oliveira era uma que falava em você o tempo todo, estava sempre contando as conversas que tinham tido e um famoso passeio que fizeram a Friburgo. O fato é que os anos passavam e não nos reuniam.

Então você chegou aqui. Pensei: “Vou vê-la? **O pessoal já deve andar atrás dela, exigindo autógrafos e declarações (d)** – melhor deixá-la em paz”. Pois foi você quem me telefonou uma manhã: identifiquei logo sua voz, de “erres” carregados, que eu conhecia de ouvir contar. Ah, você nem imagina com que emoção aceitei o convite para almoçarmos juntas no dia seguinte.

Caprichei no vestidinho verde e azul – que depois você elogiou com espontaneidade – e cheguei pontualmente ao hotel, pois você me recomendara com certa aflição que não me atrasasse. Que susto quando soube que você já havia saído, sem deixar recado. Foi um boy da portaria, que por acaso tinha visto você entrar no cabeleireiro dabalçada em frente, que me salvou.

Atravessei a rua e encontrei você lá, de terninho bege, esperando tranquilamente ser atendida. Você me abraçou com alegria: parecia a coisa mais natural do mundo eute descobrir num lugar diferente do combinado. **Como você insistisse em levar alguma encomenda minha para o Rio, (c)** e como o salão estava cheíssimo e você aparentemente iria demorar bastante, aproveitei

para ir até a Harrods, buscar umas pastilhas de hortelã e chocolate, que o meu povinho adora. Quando voltei, 15 minutos depois, você já estava à minha espera, penteadíssima, enquanto Olga, seu anjo da guarda, pagava a conta. Não havia dúvida – concluí – que a lógica vulgar de todos nós nada tinha que ver com a sua, mágica por excelência.

E as surpresas não terminaram aí, porque o almoço não foi num restaurante, como havíamos decidido na véspera, mas na casa de uma senhora argentina, praticamente desconhecida, que na noite anterior fora comprar um livro seu na Feira e ficara fascinada por você. Numa época em que aqui só se falava em sequestros, você, com a perfeita intuição de sempre, achou normalíssima a gentileza com que a moça nos levou de táxi a um apartamento de luxo, repleto de aços e acrílicos, onde um marido grego, que vendia tapetes, e uma gata siamesa, batizada Lou Salomé, nos aguardavam. Você adorou a bichinha, e contou que o seu cachorro, Ulisses, fumava muito. Que coincidência: há mil anos atrás, outro cão, de uma novelinha adolescente que cometi a imprudência de escrever, também se chamava Ulisses; e ainda tínhamos, cada uma, um filho de nome Pedro. Falar em filhos, e você retomou o tema que tanto te emocionava naquela tarde: o casamento do outro garoto, Paulo, acontecido poucos dias antes. Como você se iluminava toda ao descrever a festa em torno da piscina...

O casal seguia suas palavras com tamanho interesse, que acabou entendendo o português, que você insistia em falar, e dispensando qualquer tradução. Como primeiro prato serviram uma quiche Lorraine, que você apreciou e repetiu, mas na hora da carne assada você pediu licença e saiu da mesa para descansar. Todos te seguimos sem estranheza, como se de repente o almoço tivesse terminado; fomos até o quarto e tomamos café sentados na cama gigantesca (a maior que já vi), coberta por um acolcha azul. Havia uma pombinha de cerâmica sobre a mesa de cabeceira; ao notar seu interesse pela peça, a dona da casa exultou: Te la regalo, e você agradeceu comar sonhador.

Saimos apressadas, porque você ainda tinha que gravar uma entrevista e receber vários repórteres. Já na rua, enquanto Olga procurava um táxi, você descobriu outrapomba, esta de verdade, pousada junto à porta

AMOSTRA

do edifício. É tão frequente encontrar essas aves nas ruas da cidade, que nem me detive, mas você parou e olhou-alongamente, como se se tratasse de um milagre único e insubstituível. Senti que você estava vivendo um instante poético e não me aproximei, para não perturbar osilencioso diálogo. Você então me chamou, segurou-me pela mão, fitou-me seriamente e me pediu: “Quer me fazer um favor? Escreva uma história sobre esta pomba”.Concordei, meio sem jeito, com a secreta convicção que não manteria a palavra. Não sei inventar casos, como você; acho que, se pudesse, teria escrito, mas não deu.

Depois você voltou para o Brasil, nós nos perdemos de vista e tudo continuou mais ou menos como antes. Só que de repente você partiu, e não pude nem me despedir.Já tem quase um mês: como é que passou depressa, hein? Você que nunca se perturbou com a mesquinha dimensão do nosso tempo, deve estar se divertindo com essamania que a gente tem de fazer as coisas sempre na hora (in)certa. **Fiquei com a sensação incômoda de não haver cumprido a promessa. (b)** Sei que você sempre pairouacima de tudo isso – e agora nem se fala – mas eu ainda estou, sempre estive presa às pequenas contingências. Deve ser por isso que aqui estou para te pedir desculpaspor não haver escrito a história. E te dizer que estamos sentindo muito a sua falta, mas fique tranquila: seus livros nos fazem companhia. E para te mandar este beijo,Clarice, em forma de pomba.

(Coleção *Melhores Crônicas: Maria Julieta Drummond de Andrade. Seleção e prefácio de Marcos Pasche, Global, 2012, pp. 45-48. Publicada no livro: Um buquê de alcachofras, 1980.*)

Dispõem-se, nas alternativas a seguir, duplas de termos sublinhados em reproduções de trechos do texto.

Assinale a afirmativa cuja dupla de termos sublinhados recebe simultaneamente a mesma classificação quanto ao número de sílabas e à disposição de sílaba tônica:

- (A) “[...] no fundo o surpreendente sempre foi habitual para você.”
- (B) “Fiquei com a sensação incômoda de não haver cumprido a promessa.”
- (C) “Como você insistisse em levar alguma encomenda minha para o Rio, [...]”
- (D) “O pessoal já deve andar atrás dela, exigindo autógrafos e declarações [...]”

Uma vez Clóvis Graciano parou um instante no terraço de um bar, na avenida Montparnasse, para tomar um chope, e viu um velhinho de barbicha branca que, sozinho, também tomava seu chope. Perguntou ao garçom se o conhecia:

– Bien sôr: mr. Henri Matisse, artiste peintre.

E apontando para um prédio em frente informou que ele morava ali. Fomos lá, dois ou três dias depois. Batemos à porta do apartamento, e uma velha empregada veio abrir. Dissemos que éramos dois jornalistas brasileiros, queríamos falar ao pintor. Ela nos mandou entrar; mal, porém, passei o biombo que estava de frente à porta, vi o pintor esticado em um sofá; o rádio tocava baixinho e ele tinha os olhos fechados. Eu disse à empregada que voltaríamos outra hora, porque Matisse dormia. Sorrindo, ela respondeu que não tinha importância; ele cochilava assim um pouco, mas não se incomodava de ser despertado. Não quisemos que ela o despertasse: achamos que não era justo incomodar o grande artista octogenário para uma conversa que nos interessava muito, mas que para ele só poderia ser enfadonha. “Vamos deixar o velhinho dormir em paz” — disse eu a Clóvis; o repórter perdia uma excelente oportunidade, mas o admirador de Matisse rendia uma silenciosa homenagem ao grande mestre.

Visitei, depois, em Vence, a capela que ele estava decorando. Matisse havia descido para Nice, mas uma freirinha gentil me mostrou tudo e, sentindo meu interesse, trouxe uma grande pasta em que o artista guardara os primeiros estudos. Vi, assim, o carinho, a paciência com que o mestre cumpria sua tarefa. Não havia apenas esboços, mas também estudos minuciosos de detalhes; sentia-se, naquela sucessão de desenhos, a procura consciente, a busca trabalhosa da simplicidade. Com mais de 80 anos, Matisse, verdadeiro mestre, procedia como um novato que não tivesse certeza de si mesmo, não confiasse na primeira inspiração, e não se conformasse em dar de si o que não fosse o melhor.

Vi, mais tarde, em Paris, uma grande exposição que ele fez na Maison de la Pensée Française. Havia quadros antigos e novos, desenhos e esculturas; e havia também as composições em papel colorido que ele acabara de fazer. Nunca me esquecerei de uma figura de mulher, de uns três metros de altura, em três cores. Das mãos daquele velhinho saíra o mais vibrante e sensual hino à beleza da mulher. Esse francês das terras frias do norte foi o sultão maravilhoso das mais belas odaliscas de nosso tempo; morrendo na sua bela Nice, cujo sol ele tanto amou na sua pintura de janelas abertas, ele nos deixa de herança essas imagens encantadoras e preguiçosas de

INFORMÁTICA

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Os diretórios “C:\Arquivos de programas” e “C:\Arquivos de Programas (x86)” são pastas padrão em Sistemas Operacionais Windows (Configuração Padrão – Idioma português Brasil), e sua função está relacionada à organização e armazenamento de aplicativos instalados no sistema. No *Windows 10 Pro* (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), em sua versão 64 Bits, por padrão em sua grande maioria, em qual diretório são instalados os aplicativos 64 Bits?

- (A) C:\Windows
- (B) C:\Windows\System32
- (C) C:\Arquivos de programas
- (D) C:\Arquivos de programas(x86)

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Uma das ferramentas presentes no *Windows 10* é o *Windows Update*. A principal função desta ferramenta é:

- (A) Otimizar o desempenho do disco rígido.
- (B) Limpar arquivos temporários do sistema.
- (C) Realizar *backups* automáticos dos arquivos do usuário.
- (D) Atualizar o Sistema Operacional *Windows* com correções de segurança, atualizações de recursos e *drivers*.

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

“_____ no *Windows* é um modo de inicialização especial que inicia o sistema operacional com um conjunto mínimo de *drivers* e serviços. Esse modo é projetado para diagnosticar e solucionar problemas que podem estar impedindo o sistema de inicializar normalmente.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- (A) *Check disk*
- (B) Modo de segurança
- (C) Restauração do sistema
- (D) Desfragmentador de disco

4. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

“Com a evolução dos sistemas operacionais *Windows*, uma nova linguagem de script e ambiente de linha comando foi desenvolvida pela Microsoft. Esse novo recurso pode ser considerado como a evolução do Prompt de comando do *Windows*, muito mais poderoso, flexível e versátil.”

O texto anterior refere-se a qual recurso do *Windows 10 Pro* (Configuração Padrão-Idioma Português Brasil)?

- (A) *Batch File*.
- (B) *JavaScript*.
- (C) *PowerShell*.
- (D) Prompt de comando.

5. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

O *Windows 10* é um sistema operacional desenvolvido pela *Microsoft*, lançado em 29 de julho de 2015, para substituir o *Windows 8*. Sobre os recursos disponíveis no *Windows 10*, qual recurso foi descontinuado nessa versão de sistema operacional?

- (A) *Cortana*.
- (B) *Microsoft Edge*.
- (C) *Internet Explorer*.
- (D) *Windows Defender*.

6. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

No *Windows 10 Pro* (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), um usuário selecionou diversos arquivos na área de trabalho, pressionou a tecla *Delete* para excluí-los, os arquivos, confirmou a ação e, em seguida, percebeu que parte dos arquivos não podiam ter sido deletados. Após a ação realizada pelo usuário, o que ele deverá fazer para recuperar os arquivos?

- (A) Reiniciar o computador para que os arquivos voltem para o seu local de origem.
- (B) Desligar o computador; aguardar dez minutos para que os arquivos voltem para o seu local de origem.

AMOSTRA

(C) Acessar a lixeira, identificar os arquivos deletados erroneamente e restaurá-los para o seu local de origem.

(D) Solicitar um técnico, pois a única forma de recuperar arquivos é com softwares para recuperação de dados.

7. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Atalhos de teclado do *Windows* 10 ajudam a aumentar a produtividade e a eficiência dos usuários ao permitir a realização de tarefas comuns de maneira mais rápida. Sobre os atalhos de teclado do *Windows* 10, assinale a alternativa correta.

(A) Ctrl + L: abre uma nova janela.

(B) Alt + F4: apresenta painel de pré-visualização.

(C) Ctrl + Alt + Tab: abre um aplicativo como um administrador.

(D) Ctrl + Shift + Esc: responsável por abrir o gerenciador de tarefas.

8. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Considere certo computador com *Windows* 10 (Configuração Padrão; Idioma Português-Brasil) renomado como PC-01 e que pertence a uma rede de computadores locais. Sabe-se que ele possui uma pasta compartilhada denominada "Arquivos compartilhados", que divide arquivos com demais computadores, desenvolvendo o trabalho com mais celeridade. Diante do exposto, trata-se de um diretório de compartilhamento válido:

(A) \PC-01\Arquivos compartilhados.

(B) \\PC-01\Arquivos compartilhados.


(C) ftp://PC-01\Arquivos compartilhados.

(D) https://PC-01\Arquivos compartilhados.

9. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)


A função "Bloquear" no *Windows* 10 (Configuração Padrão; Idioma Português-Brasil) trata-se de um recurso de segurança que impede o acesso ao computador. Deverá ser aplicado quando o usuário se ausentar do seu dispositivo, tornando o acesso de pessoas não autorizadas impraticável, impedindo a visualização da tela. Considerando os atalhos do teclado no *Windows*, assinale, a seguir, a combinação de teclas que ativa tal recurso.

Tecla do logotipo do

Windows  + A


(A)

Tecla do logotipo do

Windows  + G


(B)

Tecla do logotipo do

Windows  + H

(C)

Tecla do logotipo do

Windows  + L

(D)

10. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

O Sistema Operacional *Windows* 10 (Configuração Padrão; Idioma Português-Brasil) utiliza caracteres exclusivos, denominados caracteres reservados, que não podem ser empregados durante a criação de pastas e arquivos, pois têm finalidades especiais durante a execução desse sistema. Trata-se de caractere reservado e que não deve ser empregado para tal finalidade:

(A) \ / : * ? " < > |

(B) ^ & ' @ { } [] ,

(C) Número de 0 a 9.

(D) Alfabeto de A a Z (minúsculo ou maiúsculo).

11. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Há um componente da interface do Sistema Operacional *Windows* 10 (ou outras versões) que oferece como um espaço organizado onde os usuários podem inserir atalhos para programas, arquivos e pastas frequentemente utilizados. Trata-se deste componente da interface:

(A) Menu Iniciar.

(B) Barras de Título.

(C) Barra de Tarefas.

(D) Área de Trabalho.

12. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Organizando os arquivos pelo Explorador de Arquivos do Sistema Operacional *Windows* 10, tornou-se necessário criar uma nova pasta dentro de uma pasta já existente. Qual é a sequência correta para criar uma nova pasta pelo Explorador de Arquivos?

(Considere estar dentro da pasta existente.)

(A) Pressionar as teclas Ctrl + N.

(B) Arrastar um arquivo para dentro da pasta existente.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE MANAUS

1. (2026)

Considerando a localização geográfica de Manaus, assinale a alternativa que melhor explica a influência de suas coordenadas geográficas sobre as condições climáticas da cidade.

- (A) A posição próxima ao Trópico de Capricórnio resulta em clima subtropical com estações bem definidas.
- (B) A localização no hemisfério norte explica a ocorrência de invernos rigorosos e verões amenos.
- (C) A proximidade com a Linha do Equador determina temperaturas elevadas e alta umidade ao longo do ano.
- (D) A altitude elevada é o principal fator responsável pelo clima frio e seco.
- (E) A influência marítima direta regula o clima, tornando-o mediterrâneo.

2. (2026)

A respeito da hidrografia de Manaus, assinale a alternativa correta quanto ao fenômeno do Encontro das Águas.

- (A) O fenômeno ocorre pela diferença de salinidade entre rios oceânicos.
- (B) As águas não se misturam imediatamente devido a diferenças de temperatura, densidade e velocidade.
- (C) Trata-se de um fenômeno causado exclusivamente por poluição hídrica.
- (D) Ocorre apenas em períodos de cheia extrema.
- (E) Resulta da ação de barragens artificiais.

3. (2026)

Sobre o papel da Zona Franca de Manaus, criada pelo Decreto-Lei nº 288/1967, assinale a alternativa correta.

- (A) Foi instituída para incentivar exclusivamente o turismo ecológico.
- (B) Tem como principal objetivo a preservação ambiental sem exploração econômica.
- (C) Visa promover o desenvolvimento industrial e integrar a Amazônia à economia nacional por meio de incentivos fiscais.

(D) Atua apenas no setor agrícola, sem impacto industrial.

(E) Foi criada para substituir completamente o comércio local.

4. (2026)

Em relação à rede hidrográfica de Manaus, é correto afirmar que:

- (A) Os igarapés são irrelevantes para a dinâmica urbana.
- (B) Os lagos não possuem função ambiental significativa.
- (C) Os furos são canais artificiais construídos pelo homem.
- (D) Os rios não influenciam o transporte na região.
- (E) A rede hidrográfica exerce papel fundamental no transporte, abastecimento e organização espacial.

5. (2026)

Sobre os limites territoriais e a organização administrativa de Manaus, assinale a alternativa correta.

- (A) O município não possui divisão administrativa interna.
- (B) As zonas urbanas são irrelevantes para a gestão pública.
- (C) A delimitação em zonas e bairros auxilia na organização dos serviços públicos.
- (D) Não existem áreas de preservação dentro do município.
- (E) Os limites territoriais são definidos exclusivamente por critérios políticos, sem influência natural.

6. (2026)

Considerando o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), especialmente no que se refere às Áreas de Preservação Permanente (APPs), assinale a alternativa correta no contexto de Manaus.

- (A) APPs podem ser livremente ocupadas para expansão urbana.
- (B) APPs são áreas protegidas, como margens de rios, devendo ser preservadas para garantir equilíbrio ambiental.

AMOSTRA

- (C) APPs existem apenas em áreas rurais.
- (D) A legislação não se aplica à região amazônica.
- (E) APPs são destinadas exclusivamente à exploração econômica intensiva.

7. (2026)

A respeito da dinâmica populacional de Manaus, assinale a alternativa correta.

- (A) A cidade apresenta baixa urbanização, com predominância rural.
- (B) O crescimento populacional foi pouco influenciado por políticas públicas.
- (C) A população é majoritariamente idosa.
- (D) A Zona Franca impulsionou fluxos migratórios e crescimento urbano acelerado.
- (E) Não há desigualdade socioeconômica significativa.

8. (2026)

Sobre o Rio Negro e o Rio Solimões, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambos possuem águas claras e com baixa quantidade de sedimentos.
- (B) O Rio Negro é barrento e o Solimões é cristalino.
- (C) O Rio Solimões possui águas ricas em sedimentos, enquanto o Rio Negro tem águas escuras com pouca carga sedimentar.
- (D) Ambos apresentam as mesmas características físico-químicas.
- (E) Nenhum dos dois rios contribui para a formação do Rio Amazonas.

9. (2026)

A respeito da economia de Manaus, assinale a alternativa correta.

- (A) Baseia-se exclusivamente no setor primário.
- (B) O setor industrial é irrelevante para a economia local.
- (C) O comércio não possui relação com a Zona Franca.
- (D) A economia é pouco diversificada.
- (E) A indústria, o comércio e os serviços formam a base econômica, com destaque para o Polo Industrial.

10. (2026)

Sobre a influência da hidrografia na vida urbana de Manaus, assinale a alternativa correta.

- (A) Não interfere na arquitetura das habitações.
- (B) Elimina completamente os problemas de mobil

idade urbana.

- (C) Impede o desenvolvimento de atividades econômicas.
- (D) Influencia a construção de palafitas e o uso do transporte fluvial.
- (E) Não possui relação com a cultura local.

11. (2026)

O conceito de patrimônio cultural abrange diferentes dimensões. Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta corretamente essa abrangência.

- (A) Apenas bens materiais, como prédios e monumentos históricos.
- (B) Somente manifestações artísticas contemporâneas.
- (C) Exclusivamente tradições religiosas de uma sociedade.
- (D) Bens materiais e imateriais que representam a identidade e a memória coletiva.
- (E) Apenas documentos oficiais preservados pelo Estado.

12. (2026)

Sobre a importância do patrimônio cultural, assinale a alternativa correta.

- (A) Serve apenas para fins turísticos, sem impacto social.
- (B) Não possui relação com a identidade coletiva de um povo.
- (C) Conecta passado e presente, fortalecendo o sentimento de pertencimento.
- (D) É relevante apenas para estudiosos e historiadores.
- (E) Deve ser preservado apenas pelo setor privado.

13. (2026)

Considerando os patrimônios culturais materiais de Manaus, assinale a alternativa correta.

- (A) São exclusivamente manifestações imateriais, como festas e danças.
- (B) Incluem construções históricas como o Teatro Amazonas e o Mercado Adolpho Lisboa.
- (C) Não possuem valor histórico relevante.
- (D) São restritos a áreas rurais.
- (E) Não sofrem influência do processo histórico da cidade.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2020)

Sobre as vertentes internacionais de proteção dos direitos humanos, analise as afirmativas a seguir.

I.A tese das vertentes foi extensa por Antônio Augusto Cançado Trindade na obra Tratado de Direito Internacional.

II.A vertente do direito internacional humanitário é a mais recente e parte da ideia de que o ser humano deve ser protegido contra as arbitrariedades do Estado.

III.A vertente do direito internacional dos refugiados liga-se à proteção do bens, direitos e indiretamente ameaçados pelos conflitos bélicos.

Está(ão) correta(s) apenas afirmativa(s)

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi elaborada por um comitê criado pela ONU, em 1946. O surgimento da DUDH se relaciona diretamente com os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, marcada pelo Holocausto e as bombas atômicas. Após amplo debate, o consenso da ONU deliberou para a versão, com trinta artigos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução 217 A III), em 10 de dezembro de 1948. Sobre a DUDH, seu preâmbulo e seus artigos, é correto afirmar que:

- (A) Será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- (B) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- (C) Todos os seres humanos nascem livres e desiguais em dignidade e direitos. São desprovidos de consciência e devem agir em relação uns aos outros sem espírito de fraternidade.
- (D) Será também feita distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Juristas fizeram um levantamento dos sete direitos constitucionais mais violados no Brasil, sendo em ordem decrescente: direito aos reclusos, à juventude, à diferença, à moradia, à saúde, ao trabalho, ao salário mínimo. Esses direitos são relacionados, direta ou indiretamente, àqueles considerados direitos humanos presentes na Declaração dos Direitos Humanos. Estabelecendo um paralelo entre os direitos violados supracitados e os direitos humanos, qual direito humano pode ser considerado o mais violado do Brasil?

- (A) Direito à vida.
- (B) Direito à alimentação.
- (C) Direito à assistência social.
- (D) Direito à seguridade social.

4. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Analise as afirmativas a seguir.

I.Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

II.Toda família tem direito e dever a prezar pelos lemas da igualdade e fraternidade humanas, acima de quaisquer dos interesses de qualquer particular.

III.Todo indivíduo tem direito à vida, liberdade e segurança pessoal.

IV.Todo indivíduo tem direito à assistência social e à renda básica.

São princípios e artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.

AMOSTRA

5. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Tendo em vista os Direitos Humanos, nenhum governo, grupo ou indivíduo tem o direito de fazer qualquer coisa que viole os direitos de outra pessoa. Sobre os princípios e artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise as afirmativas a seguir.

I. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

II. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos, nos graus elementares e fundamentais.

III. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

6. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Aprovada em 1930, a Declaração Universal dos Direitos Humanos contém dentro do seu texto, normas de fiscalização de implementação.

() A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi elaborada em um contexto relacionado com eventos que se passaram durante as Guerras napoleônicas.

() A DUDH declara que todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

A sequência está correta em

- (A) F, F, V.
- (B) V, V, V.
- (C) V, F, V.
- (D) F, V, F.

7. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2022)

“Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.” Tal afirmação encontra-se na:

- (A) Reforma Trabalhista de 2017.
- (B) Constituição Federal de 1988.
- (C) Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).
- (D) Declaração Universal dos Direitos Humanos.

8. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2022)

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos, analise os casos a seguir.

I. No país Alfa, não há lei de proteção contra o desemprego.

II. No país Beta, a instrução superior é baseada no mérito.

III. No país Gama, o casamento prescinde do livre consentimento dos nubentes.

Observado o espírito lógico da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- (A) Os países Alfa, Beta e Gama não ofendem a Declaração.
- (B) Os países Alfa e Gama estão de acordo com a Declaração.
- (C) O país Beta ofende a Declaração e o país Gama está de acordo com a Declaração.
- (D) O país Alfa ofende a Declaração e o país Beta está de acordo com a Declaração.

9. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2021)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pontua preceitos que devem ser seguidos por todos, em busca de uma sociedade mais justa. Por vezes, a Administração Pública pratica atos que parecem afrontar estes preceitos, mas que, em verdade, se embasam na supremacia do interesse público, como no caso em que se excepciona o direito de propriedade de um cidadão por descumprimento da função social.

Nesse sentido, analise a afirmativa a seguir:

“Em razão do direito à igualdade, a Administração Pública não pode conceder prazo diferenciado para que candidatas grávidas realizem o teste de aptidão física em concurso público de ingresso nas carreiras da Polícia Militar, já que haverá atraso no provimento dos cargos em detrimento do princípio maior da garantia da segurança pública.”

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2025)

Durante uma sessão participativa promovida pela Prefeitura Municipal de João Ramalho, a população foi convidada a debater políticas públicas destinadas à erradicação da marginalização e à promoção do bem de todos, com foco especial em grupos historicamente discriminados. Durante os debates, um cidadão alegou que essas ações não seriam atribuição fundamental da República Federativa do Brasil, por interferirem na livre iniciativa e no direito individual de escolha. Diante do caso hipotético, assinale a afirmativa correta, à luz da Constituição Federal de 1988, aos princípios e objetivos fundamentais do Estado brasileiro.

- (A) De acordo com a Constituição, a promoção do bem de todos é restrita à atuação do município, não sendo atribuição dos demais entes federativos.
- (B) A Constituição Federal somente prevê a autonomia e a cidadania como fundamentos do Estado, não incluindo o combate à marginalização como objetivo nacional.
- (C) O Estado brasileiro, por ser democrático, limita-se apenas a assegurar o direito à propriedade e à livre iniciativa, não intervindo em questões relacionadas à redução de desigualdades e inclusão social.
- (D) Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão: erradicar a pobreza e a marginalização, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação.

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Os Princípios Fundamentais, também chamados de Princípios Constitucionais, formam a base de toda a organização do Estado brasileiro. Neste sentido, considere o princípio que é tido como um objeto e um direito fundamental das pessoas; representa um verdadeiro status do ser humano; assegura o direito de participação na vida política do Estado; sua previsão, com o fundamento do Estado brasileiro, exige que o poder público incentive a participação popular nas decisões políticas do Estado. Está intimamente ligado ao conceito de democracia, pois supõe que o cidadão se sinta responsável

pela construção de seu Estado, pelo bom funcionamento das instituições. Trata-se do Princípio Constitucional da:

- (A) Cidadania.
- (B) Soberania.
- (C) Iniciativa popular.
- (D) Valorização do trabalho e da livre iniciativa.

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

O Art. 5º, caput, da CF/88, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos dos seus 78 incisos e parágrafos. Trata-se de um rol meramente exemplificativo, na medida em que os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. Tendo como base o disposto, e em respeito ao Princípio da Igualdade, analise as afirmativas a seguir.

I. Cotas Raciais: CNMP editou a Resolução nº 170/2017, também dispendo sobre a reserva aos negros do mínimo de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, bem como de ingresso na carreira de membros dos órgãos enumerados na Constituição Federal.

II. PROUNI: Programa Universidade para Todos, que foi regulamentado pelo Decreto nº 5.493/2005. A Medida Provisória nº 213 foi objeto das ADIs 3.314 e 3.379, apensadas à ADI 3.330 e, posteriormente, convertida na Lei nº 11.096/2005. Por maioria de votos, o STF, em 03/05/2012, julgou constitucional o PROUNI, como importante fator de inserção social e cumprimento do ART. 205 da CF/88, que estatui ser a educação direito de todos e dever do Estado e da família. Ainda, o programa encontra-se em sintonia com diversos dispositivos da Constituição que estabelecem a redução de desigualdades sociais.

AMOSTRA

(Lei Maria da Penha); o Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em 09/02/2012, julgou procedente a ADC 19, para declarar a constitucionalidade dos Arts. 1º, 33 e 41 da Lei nº11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tendo por fundamento o Princípio da Igualdade, bem como o combate ao desprezo às famílias, sendo considerada a mulher a sua célula básica.

As informações anteriores dizem respeito às ações denominadas:

- (A) Políticas.
- (B) Populares.
- (C) Afirmativas.
- (D) Representativas.

4. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal são instrumentos de proteção do indivíduo frente à atuação do Estado. Eles possuem fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana e garantem o mínimo necessário para que o indivíduo exista. Os direitos fundamentais possuem princípios e características próprios que explicam sua atuação.

O fato de um direito fundamental não poder ser transferido, ignorado, desfeito ou negociado decorre de sua natureza:

- (A) Universal.
- (B) Inalienável.
- (C) Imprescritível.
- (D) Complementar.

5. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Sabe-se que C é monitora de creche em uma das unidades de educação básica da Prefeitura de Além Paraíba. Em suas atribuições de cargo, ela exerce as funções de cuidar e educar apoiando o professor nas atividades de formação de hábitos, tais como: alimentação, higiene das mãos, corporal e bucal, entre outras. Para tanto, as coordenações das creches promovem, semestralmente, cursos de capacitação, rodas de conversas e encontros para atualização profissional dos monitores. Na última edição desses encontros, o palestrante destacou a importância de conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no quesito dos direitos fundamentais da criança e adolescente, sobretudo, do direito à vida e à saúde. As situações exemplificadas no curso foram de extrema importância para que C conseguisse intervir em uma situação de maus-tratos a uma criança. Considerando o título II – Dos direitos fundamentais,

Capítulo I – Do direito à vida e à saúde presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, analise as afirmativas a seguir.

- I. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- II. A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- III. Os profissionais que atuam no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância receberão formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário.
- IV. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) III, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.

6. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2025)

Durante uma audiência, determinado réu é acusado de um crime que, segundo a acusação, foi cometido em contexto de vulnerabilidade social. O advogado de defesa argumenta que o réu não teve acesso a condições adequadas de defesa, pois não foi informado de seus direitos fundamentais durante a prisão e, durante o processo, lhe foi negada produção de provas essenciais à sua defesa. Além disso, o advogado menciona que o réu foi tratado de maneira desumana durante a detenção, o que contraria os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988. O juiz, ao analisar o caso, deve considerar os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição para decidir sobre a proteção dos direitos do réu, em todos os seus aspectos.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a alternativa que apresenta corretamente os direitos e garantias fundamentais que devem ser mais enfatizados pelo advogado de defesa para sustentar a alegação de violação dos direitos do réu.

- (A) Direito à liberdade de expressão, que assegura que todos podem expressar suas ideias e opiniões livremente.

DIREITO PENAL

1. (2025)

De acordo com o art. 1º do código penal “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”, desse artigo se extrai um princípio “Preceitua, basicamente, a exclusividade da lei para a criação de delitos (e contravenções penais) e cominação de penas, possuindo indiscutível dimensão democrática, pois revela a aceitação pelo povo, representado pelo Congresso Nacional, da opção legislativa no âmbito criminal.”

(Masson, Cleber. 13. ed. São Paulo: MÉTODO, 2019.)

Assinale o item que indica o princípio apresentado.

- (A) Princípio da individualização da pena.
- (B) Princípio da humanidade.
- (C) Princípio da ofensividade.
- (D) Princípio da reserva legal.

2. (2022)

As normas penais são compostas de preceito primário, que define o fato típico, e preceito secundário, que define a respectiva punição. Sobre as normas penais, analise as afirmativas abaixo.

I. Norma penal em branco é aquela que traz no seu texto um preceito primário genérico, necessitando de complementação.

II. As normas penais em branco carecem de complementação de norma externa, que pode ser geral e inespecífica.

III. O tráfico de drogas é um crime que depende de complementação de norma externa.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) Apenas I e III estão corretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Todas estão corretas.
- (D) Todas estão incorretas.

3. (2024)

O princípio da retroatividade da Lei Penal mais benéfica está melhor definido na alternativa:

- (A) Impõe que a responsabilidade deve ser pessoal, subjetiva e pelo fato, afastando-se a influência de qualidades pessoais na formação da culpa.
- (B) A lei anterior ao delito é aplicável ao fato, afastando a possibilidade de aplicação de Lei Penal posterior que de qualquer forma modifique as características do tipo penal.
- (C) Possibilita afastar a ilicitude do fato e tolerar condutas socialmente aceitas, tal como a solicitação de pequenos presentes por servidores públicos.
- (D) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

4. (2023)

Xanadu é estudioso das culturas orientais e busca fundamentos para justificar a estrutura repressiva do Estado resolvendo os conflitos que surgem no dia a dia das pessoas. Ele verifica que conflitam duas perspectivas de pensamento quanto à função do Direito Penal na sociedade. Quando ocorre a tutela dos bens mais importantes e somente atua a esfera penal, e quando estão inócuos os demais ramos do Direito, ocorre a incidência do princípio da:

- (A) intervenção mínima
- (B) abolição penal
- (C) pena gravosa
- (D) lei correta

AMOSTRA

5. (2023)

Cheng foi contratado para trabalhar na Secretaria de Segurança do Estado JK, sendo incumbido de pesquisar textos de lei que explicitassem os conteúdos normativos para permitir a aplicação clara da norma. Nos termos da teoria penal, a interpretação que procede do próprio órgão que criou a norma é denominada:

- (A) real
- (B) lógica
- (C) autêntica
- (D) gramatical

6. (2024)

Acerca da aplicação da Lei Penal, julgue os itens a seguir:

I. A lei posterior mais benéfica ao agente é aplicável aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

II. Constitui direito do investigado não se autoincriminar e de se manter em silêncio.

III. A prévia cominação legal é imprescindível para a existência de pena.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.

7. (2024)

João cometeu um crime em 2022, quando a pena prevista era de 5 anos. Em 2023, a lei foi alterada e a pena máxima foi reduzida para 4 anos. Em 2024, foi condenado. Segundo o princípio da aplicação da lei penal no tempo, a pena que João deverá cumprir será de:

- (A) 5 anos, a não ser que João solicite a aplicação da nova lei.
- (B) 4 anos, pois a lei mais benéfica retroage para beneficiar o réu.
- (C) 5 anos, pois a lei em vigor à época do crime deve ser aplicada.
- (D) A pena deve ser determinada pelo juiz, sem considerar a mudança legislativa.

8. (2023)

A sucessão de leis penais no tempo pode gerar

- (A) abolitio criminis.
- (B) extraterritorialidade.
- (C) retroatividade em prejuízo do réu.
- (D) aplicação simultânea da lei anterior e da lei posterior, ainda que em prejuízo do réu.

9. (2022)

Ao legislador é vedada a criação de leis penais que incidam sobre fatos anteriores à sua vigência, tipificando-os como crimes ou aplicando pena aos agentes. Nesse sentido, é vedada a analogia para:

- (A) criar tipos penais incriminadores
- (B) interpretar a norma penal
- (C) aplicara escusa absolutória
- (D) abrandar as infrações existentes
- (E) incluir hipóteses correspondentes às elencadas pelo legislador, ainda que prejudiciais ao agente

10. (2024)

Durante o período de vigência de determinada lei penal excepcional, a qual trouxe circunstância qualificadora a delito já anteriormente previsto no Código Penal como tipo penal de injusto, Pedro praticou a conduta ali descrita, sendo certo que sua conduta abrangia também a circunstância qualificadora descrita na mencionada lei penal excepcional. Devidamente denunciado e regularmente processado pelo delito, no entanto, na data do julgamento já não estava mais em vigor a lei penal excepcional responsável pela qualificadora descrita.

Nessa situação, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Pedro deve responder pelo delito praticado com a incidência da circunstância qualificadora prevista na lei penal excepcional, mesmo tendo cessado o período de sua vigência.
- (B) Ocorreu abolitio criminis, razão pela qual a conduta praticada por Pedro não mais pode ser considerada delituosa e ele deve, portanto, ser absolvido.
- (C) Tendo cessado a vigência da lei penal excepcional que criou a qualificadora, Pedro deve responder tão somente pelo delito já antes previsto no Código Penal, sem a incidência da qualificadora, tendo ocorrido, portanto, abolitio criminis parcial.
- (D) A depender a culpabilidade do agente e das circunstâncias do caso concreto, o juiz, na aplicação da pena e com vistas à individualização, poderá escolher se a qualificadora prevista na lei penal excepcional incidirá ou não.

11. (2024)

Quanto aos tópicos legalmente tipificados sob a rubrica “Da Aplicação da Lei Penal” (arts. 1º a 12, do CP), está correto apenas o que aplica em

- (A) considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como quando se produziu ou deveria produzir-se o resultado.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2022)

Acerca das disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal, analise as afirmativas a seguir:

I. O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei.

II. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade, o estado civil e o sexo do apenado.

III. Toda pessoa somente será considerada culpada após a sentença criminal.

É **correto** o que se afirma

- (A) apenas em I.
- (B) apenas em I e II.
- (C) apenas em II e III.
- (D) em nenhuma das afirmativas.

2. (2025)

De acordo com o Código de Processo Penal, nos crimes de ação penal privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito policial:

- (A) somente a requerimento da autoridade judiciária.
- (B) de ofício.
- (C) somente a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- (D) a requerimento de qualquer interessado e do Ministério Público.

3. (2025)

A notícia do crime (ou *notitia criminis*) é “a ciência da autoridade policial da ocorrência de um fato criminoso”.

NUCCI, 20. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Nesse contexto, quando a autoridade policial toma conhecimento do fato delituoso espontaneamente, durante suas atividades de rotina, isso é chamado de

- (A) cognição provocada.
- (B) cognição imediata.
- (C) cognição coercitiva.
- (D) cognição indireta.

4. (2024)

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é **correto** afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.
- (C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.
- (D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.
- (E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

AMOSTRA

5. (2024)

Acerca das disposições do Código de Processo Penal sobre o inquérito policial, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado, desde que haja requerimento do interessado nesse sentido.
- (B) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- (C) Nos casos em que servidores vinculados às instituições de segurança pública figurarem como investigados em inquéritos policiais e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações consideradas excludentes de ilicitudes, o indiciado poderá constituir defensor.
- (D) O sigilo do inquérito dependerá sempre de despacho nos autos e somente será permitido quando o interesse da sociedade ou a conveniência da investigação o exigir.

6. (2024)

A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. No que diz respeito ao inquérito policial, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, serão devolvidos ao autor do delito, tão logo periciados.
- (B) A autoridade policial deve pedir autorização judicial para averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social e sua condição econômica.
- (C) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do procurador-geral de Justiça.
- (D) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício; mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

7. (2024)

Assinale a alternativa que apresenta as características do inquérito policial.

- (A) Realizado pelo Ministério Público, sigiloso e escrito.
- (B) Procedimento inquisitivo, sigiloso e dispensável.
- (C) Realizado pela polícia ostensiva, escrito e indispensável.
- (D) Realizado pela polícia judiciária, indispensável e sigiloso.

8. (2024)

O Inquérito Policial é uma fase crucial da persecução penal, atuando como procedimento investigativo conduzido pela polícia judiciária para a coleta de provas. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) O Inquérito Policial é presidido pelo juiz e as partes têm direito à ampla defesa e ao contraditório.
- (B) O Inquérito Policial é um procedimento administrativo, de caráter inquisitivo, dirigido pela polícia, e não oferece às partes o contraditório nem a ampla defesa.
- (C) Qualquer pessoa pode iniciar um Inquérito Policial diretamente, sem necessidade de autorização policial.
- (D) O Inquérito Policial é opcional e pode ser substituído por investigações privadas em casos de crimes contra a administração pública.

9. (2024)

Uma característica importante do inquérito policial no sistema jurídico brasileiro é sua natureza inquisitorial. Considerando esse procedimento, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A vítima e o investigado têm o direito de exigir a presença de um advogado durante as diligências policiais.
- (B) Somente o Ministério Público pode requerer a abertura de um Inquérito Policial após receber uma denúncia.
- (C) O Inquérito Policial deve ser concluído com uma decisão judicial sobre a culpa ou inocência do investigado.
- (D) Ele é conduzido pela polícia, que atua com autonomia para determinar quais provas são necessárias para esclarecer o fato.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

1. (2024)

Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga. O Código de Trânsito Brasileiro é uma lei aplicada para o trânsito:

- (A) em todas as vias terrestres
- (B) estritamente de natureza automobilística
- (C) realizado na esfera extraterritorial brasileira
- (D) realizado apenas em vias abertas à circulação

2. (2023)

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Considera-se trânsito a utilização das vias apenas por veículos.
- (B) Área de espera é parte da via diferenciada da pista de rolamento destinada à parada ou estacionamento de veículos, em caso de emergência, e à circulação de pedestres e bicicletas, quando não houver local apropriado para esse fim.
- (C) Agente de trânsito é o servidor civil efetivo de carreira do órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário, com as atribuições de educação, operação e fiscalização de trânsito e de transporte no exercício regular do poder de polícia de trânsito para promover a segurança viária nos termos da Constituição Federal.
- (D) Logradouro público é via rural não pavimentada.

3. (2025)

O Sistema Nacional de Trânsito é composto por diferentes órgãos e entidades dentre os quais estão os Conselhos Estaduais de Trânsito (CETTRAN). É função do CETTRAN:

- (A) normatizar o processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação
- (B) responder a consultas relativas à aplicação da legislação e dos procedimentos normativos de trânsito
- (C) criar Câmaras Temáticas com função de estabelecer normas regulamentares relativas ao Código de Trânsito Brasileiro

(D) zelar pela uniformidade e pelo cumprimento das normas no Código de Trânsito Brasileiro nas resoluções complementares

(E) normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, a habilitação, a expedição de documentos de condutores, o registro e o licenciamento de veículos

4. (2025)

A aplicação de multa e o recolhimento do certificado de registro e do certificado de licenciamento anual são incumbências dos órgãos e das entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal. Tais competências têm caráter:

- (A) relativo
- (B) privativo
- (C) derivado
- (D) subsidiário
- (E) concorrente

5. (2025)

Conforme artigo 10 do Código de Trânsito Brasileiro, o Conselho Nacional de Trânsito é composto pelos Ministros de Estado responsáveis pelas seguintes áreas de competência:

- (A) Ciência, tecnologia e inovações; educação; defesa; meio ambiente; saúde; justiça; relações exteriores; indústria e comércio; agropecuária; transportes terrestres; segurança pública e mobilidade urbana.
- (B) Ministro de Estado da Infraestrutura; educação; defesa; meio ambiente; saúde; justiça; relações exteriores; indústria e comércio; agropecuária; transportes terrestres; segurança pública e mobilidade urbana.
- (C) Ciência, tecnologia e inovações; educação e desporto; defesa; meio ambiente; saúde; justiça; relações exteriores; indústria e comércio; agropecuária; transportes terrestres; segurança pública e mobilidade urbana.
- (D) Ministro de Estado da Infraestrutura; educação; defesa; meio ambiente; saúde; justiça; Ministro de Estado das Relações Exteriores; indústria e comércio; agropecuária; transportes terrestres; segurança pública e mobilidade urbana.

AMOSTRA

6. (2025)

O art. 7º da Lei Federal nº 9.503/1997 insere os órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios como componentes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). O SNT é o conjunto de órgãos e entidades dos Entes Federados que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, educação, engenharia,

operação do sistema viário, fiscalização, entre outras atribuições inerentes ao trânsito nas vias terrestres abertas à circulação no território nacional. No âmbito de sua circunscrição, compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios:

- (A) Realizar perícia administrativa nos locais de sinistros de trânsito.
- (B) Criar, implantar e manter câmaras temáticas de trânsito com vistas a estudos e educação para o trânsito.
- (C) Estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito.
- (D) Estudar e oferecer sugestões sobre assuntos específicos de trânsito para dar embasamento técnico às decisões dos respectivos Conselhos Estaduais de Trânsito.

7. (2024)

O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade:

- (A) exercer atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.
- (B) o estabelecimento de diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento.
- (C) fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito.
- (D) estabelecer a sistemática de fluxos permanentes de informações entre os seus diversos órgãos e entidades, a fim de facilitar o processo decisório e a integração do Sistema.

(E) estabelecer as normas regulamentares referidas no Código de Trânsito e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito, os procedimentos para o enquadramento das condutas para a fiscalização e a aplicação das medidas administrativas e das penalidades por infrações, a arrecadação das multas aplicadas e o repasse dos valores arrecadados.

8. (2024)

O Sistema Nacional de Trânsito é composto pelos seguintes órgãos e entidades:

- I. o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo.
- II. os Conselhos Estaduais de Trânsito (CETRA) e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE), órgãos normativos, consultivos e coordenadores.
- III. os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- IV. os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- V. a Polícia Rodoviária Federal.
- VI. as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal.
- VII. as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI).

Está correto o que se afirma em

- (A) I a VII.
- (B) I, II, III, IV, V e VI, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e VII, apenas.

9. (2024)

De acordo com o disposto no caput e incisos do art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal Nº9.503/1997), compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição, exceto:

- (A) Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os sinistros de trânsito e suas causas.
- (B) Implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.
- (C) Estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito.
- (D) Registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1. (2023)

Segundo a tipificação prevista na Lei nº 8.429/92, a conduta de “revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado”, caracteriza ato de improbidade administrativa que

- (A) causa prejuízo ao erário.
- (B) importa enriquecimento ilícito.
- (C) atenta contra os princípios da administração pública.
- (D) afronta a dignidade do cargo ocupado pelo servidor público.

2. (2022)

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente não está sujeito à obrigação de repará-lo.
- (B) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará somente ao Prefeito Municipal, para as providências necessárias.
- (C) Não constitui ato de improbidade administrativa agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- (D) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica mesmo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos.
- (E) Constitui ato de improbidade administrativa conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

3. (2025)

“Trata-se da qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema”. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, o trecho em destaque faz referência ao conceito legal de

- (A) primariedade.
- (B) especificidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) autenticidade.

4. (2024)

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), assinale a alternativa que apresente corretamente a definição legal de órgão de pesquisa:

- (A) Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional
- (B) Órgão indicado pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)
- (C) Órgão do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco
- (D) Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico
- (E) Órgão ou entidade, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador

AMOSTRA

5. (2024)

São crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. Auxiliar em ato destinado ao envio de criança para o exterior com a finalidade de obter lucro.

II. Filmar cena de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

III. Distribuir vídeo que contenha cena de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. Quais estão corretos?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

6. (2023)

Considerando o disposto na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sobre os crimes hediondos, marque a alternativa correta.

(A) Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso é crime cuja pena é reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos.

(B) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são suscetíveis de: I - anistia, graça e indulto; II – fiança.

(C) A pena prevista para o crime do art. 288 do Código Penal (Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes) será de um a três anos de reclusão, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.

(D) A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública

7. (2022)

O crime de tortura é:

- (A) suscetível de anistia.
- (B) de menor potencial ofensivo.
- (C) imprescritível.
- (D) hediondo.
- (E) equiparado a hediondo.

8. (2025)

José foi acusado de ter cometido crime ambiental, sendo que a notícia do delito foi realizada por equipe da Guarda Municipal após receber denúncia da comunidade, identificar o local da lesão e o agente causador. Nos termos da Lei nº 9.605/98, preenchidos determinados requisitos, pode ser aplicada pena restritiva de direito, como a prestação de serviços à:

- (A) flora
- (B) fauna
- (C) natureza
- (D) comunidade

9. (2023)

“O Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (Compac) de Jundiaí aprovou por unanimidade a abertura do processo de tombamento do estádio do Paulista, o Jayme Cintra.

Em reunião virtual, os membros do conselho aprovaram o grau de proteção 1, colocando o estádio entre os bens culturais protegidos da cidade. Com isso, o estádio já passa a ter proteção provisória equivalente ao tombamento.”

(G1, 12.06.2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/sp/tem-esporte/futebol/times/paulista/noticia/2023/06/12/tombamento-do-estadio-jaymecintra-e-aprovado-por-conselho-do-patrimonio-de-jundiai.ghtml>)

Considerando as disposições do Código Penal, na hipótese de ocorrer inutilização do local referenciado no texto, o agente pode responder pelo crime de

- (A) dano simples.
- (B) dano qualificado contra patrimônio municipal.
- (C) dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.
- (D) omissão.
- (E) corrupção passiva.

10. (2022)

Assinale a alternativa que representa fidedignamente o Parágrafo único do Art. 3º da Lei Federal nº 10.826/2003.

- (A) As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei.
- (B) As armas de fogo de uso não restrito serão registradas no Exército, na forma do regulamento desta Lei.
- (C) As armas de fogo de uso restrito serão registradas na Polícia Federal, na forma do regulamento desta Lei.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

